

Existimos porque não somos todos iguais



AVI

Associação Vida Independente

Relatório de Atividades e Contas

Ano 2017



Índice

PARTE I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	4
1. Órgãos Sociais.....	5
2. Mensagem da Direção.....	6
3. Enquadramento Macroeconómico em 2021 e Perspetivas de Evolução.....	6
4. A Instituição.....	7
4.1. Enquadramento interno e setorial.....	7
5. Atividades desenvolvidas.....	8
6. Análise da Situação Económica e Financeira.....	8
7. Factos relevantes ocorridos após o termo do período.....	8
8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras.....	9
9. Informações exigidas por diplomas legais.....	9
10. Proposta de aplicação de resultados.....	9
PARTE II – RELATÓRIO DE CONTAS.....	10
1. Balanço.....	11
2. Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	12
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	13
Anexo.....	14
1. Identificação da Entidade.....	15
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	15
2.1. Identificação do referencial contabilístico.....	15
2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL.....	15
2.3. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior.....	15
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	16
3.1. Principais políticas contabilísticas.....	16
3.2. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	17



3.3.	Principais pressupostos relativos ao futuro	18
3.4.	Principais fontes de incerteza	19
4.	Rendimentos.....	19
5.	Caixa e depósitos bancários	19
6.	Outros passivos correntes.....	19
7.	Acontecimentos após a data do balanço.....	20
8.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
9.	Fornecimentos e serviços externos.....	20



PARTE I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Relatório de atividades

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da AVI – **Associação Vida Independente**, com sede na Praça Manuel Fernandes da Silva, nº51, 4º Dto, 4715-244 BRAGA, com número de identificação de pessoa coletiva 514539445, vem apresentar e submeter a apreciação a Conta de Gerência relativa ao período de 2017.

Este relatório tem como objetivos:

- Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Instituição, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
- Apresentar a situação económica e financeira relativa ao período, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazo, financiamento externo e condições de funcionamento;
- Mostrar as demonstrações financeiras do período de 2017, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

1. Órgãos Sociais

Órgãos Sociais - ano 2017

Direção

Presidente:	Manuela Conceição Costa Gonçalves
Secretário:	Eduardo Miguel Cardoso de Azevedo Gonçalves
Tesoureiro:	Luís Pedro Carvalho Lages
1º vogal Suplente:	Jorge Feliciano Araújo Rodrigues
2º vogal Suplente:	Ana Cristina Silva Pereira



Assembleia-Geral

Presidente:	Leonardo Cunha da Silva
1º Secretário:	Maria Luísa Negrão Rodrigues da Silva
2º Secretário:	Joaquim Jesus Marques Silva

Conselho Fiscal

Presidente:	Albino Martins Pereira
Secretário:	Deolinda Malheiro Correia Pinto
Secretário:	Lucília do Carmo Pereira Rodrigues Lages

2. Mensagem da Direção

Caros amigos,

Propomo-nos iniciar um processo com a expectativa de chegarmos a bom porto. O percurso que temos de fazer não será fácil, no entanto, nada nos impede de tentar. Teremos que nos constituir como ONGPD, temos também que elaborar a candidatura ao CAVI; Precisamos de obter o estatuto de IPSS. Como coragem, capacidade de trabalho e dinamismo não nos faltam não desistiremos de prosseguir o nosso objetivo.

Acredito que conseguiremos.

3. Enquadramento Macroeconómico em 2021 e Perspetivas de Evolução

O processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de 2018, 2019 e 2020, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente). No final do horizonte de projeção, o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional.

A economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento externo favorável ao longo do horizonte de projeção.

O atual ciclo de expansão económica é extensível a todos os países da área do euro, onde se encontram os principais parceiros comerciais de Portugal, com a dispersão do crescimento e a

dispersão da inflação a atingirem níveis mínimos. Fora da área do euro, é também esperada uma expansão sustentada da atividade e do comércio. As condições monetárias e financeiras deverão também permanecer favoráveis.

A política monetária continuará a caracterizar-se por um elevado grau de acomodação na maioria das economias desenvolvidas.

4. A Instituição

4.1. Enquadramento interno e setorial

A constituição da AVI teve como Objetivo Principal o apoio às pessoas com deficiência, o desenvolvimento de projetos e atividades que contribuem para a vida independente das mesmas, o apoio à integração social, laboral e comunitária e o desenvolvimento de ações de formação profissional e consultoria especializada direcionadas a pessoas com deficiência. (Artigo 2.º dos Estatutos da AVI).

Ainda de acordo com o referido artigo n.º 2 dos estatutos da AVI, para a prossecução do seu objetivo principal, a AVI propõe-se manter e desenvolver atividades de assistência pessoal, de vida diária e de participação, nomeadamente:

- Higiene, alimentação manutenção da saúde e dos cuidados pessoais;
- Assistência doméstica;
- Deslocações;
- Participação de Cidadania;
- Mediação da Comunicação;
- Mediação sócio laboral, profissional e socio-ocupacional;
- Formação profissional;
- Educação formal, ensino médio, superior e de investigação;
- Participação em atividades de lazer e de cultura.

A AVI preconiza que os projetos de vida das pessoas com deficiência devam ser desenvolvidos nas comunidades de pertença e não em estruturas específicas e segregadas. Trabalhar a inclusão

também implica trabalhar a autodeterminação e auto-representação das pessoas com deficiência, o que se fez, desde o primeiro momento, ainda no seio da própria associação.

Para atingir este objetivo foram desenvolvidas ações/atividades que, quando consideradas como um todo, representam este Modelo Comunitário para a Inclusão, Vida Independente e Participação Ativa.

5. Atividades desenvolvidas

Reunimos o número de pessoas suficientes para os órgãos sociais da associação;

Criamos a Associação Vida Independente;

Registo como ONGPD;

Elaboramos os estatutos da Associação;

Começamos a angariar sócios para a Associação;

6. Análise da Situação Económica e Financeira

Durante o período de 2017 foram registados os seguintes movimentos:

Rubricas	2017	2016
Fornecimentos e serviços externos	260,00	
Resultado operacional	260,00	
Resultado Liquido	-260,00	
Ativo	248,00	
Fundos Patrimoniais	-12,00	
Passivo	260,00	

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção para emissão em 27 janeiro de 2018.

9. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Proposta de aplicação de resultados

A AVI – VIDA INDEPENDENTE apresentou um resultado líquido do período negativo no montante de 260,00 euros (duzentos e sessenta euros).

A Direção propõe que o resultado líquido do período de 2017 seja mantido em Resultados Transitados.

Braga, 27 de janeiro de 2018

A Direção


Mariana Costa



PARTE II – RELATÓRIO DE CONTAS



1. Balanço

AVI - ASSOCIAÇÃO VIDA INDEPENDENTE
BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2017

(Euros)

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO		
Activo Corrente		
Caixa e depósitos bancários	248,00	
	248,00	
Total do activo	248,00	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos	248,00	
	248,00	
Resultado Líquido do período	-260,00	
Total dos Fundos Patrimoniais	-12,00	
Passivo		
Passivo corrente		
Outros passivos correntes	260,00	
	260,00	
Total do passivo	260,00	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	248,00	

O Contabilista Certificado

156777037
39200

A Direção



AVI

2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

AVI - ASSOCIAÇÃO VIDA INDEPENDENTE
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS em 31 de Dezembro de 2017

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	6		
Subsídios, doações e legados à exploração	7		
Fornecimentos e serviços externos	12,4	-260,00	
Gastos com o pessoal	9		
Outros rendimentos e ganhos	12,5		
Outros gastos e perdas	12,6		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-260,00	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-260,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-260,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período			0,00
Resultado líquido do período		-260,00	0,00

O Contabilista Certificado

156777037
39200

A Direção

3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

AVI - ASSOCIAÇÃO VIDA INDEPENDENTE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31 de dezembro 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		248,00	
Pagamentos a fornecedores			
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		248,00	0,00
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	
Outros rendimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das Atividades Operacionais [1]		248,00	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis		0,00	
Investimentos financeiros			
Outros activos		0,00	
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Activos fixos tangíveis		0,00	
Activos intangíveis		0,00	
Investimentos financeiros			
Outros activos		0,00	
Subsídios ao investimento		0,00	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento [2]		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuízos		0,00	
Doações		0,00	
Outras operações de financiamento		0,00	
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento [3]		0,00	0,00
Variações de caixa e seus Equivalentes [1]+[2]+[3]		248,00	0,00
Efeito das Diferenças de Câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		0,00	
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	4	248,00	0,00

O Contabilista Certificado

A Direção






Anexo



1. Identificação da Entidade

Designação da entidade: AVI – Associação Vida Independente

Sede: Praça Manuel Fernandes da Silva, nº51, 4º Dto, 4715-244 BRAGA

Número de identificação de pessoa coletiva: 514539445

Natureza da atividade: Instituição Particular de Solidariedade Social

Código de Atividade Económica (CAE rev3): 94995 Outras Atividades Associativas, n.e.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Identificação do referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras do período de 2017 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Anexo III do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Os valores constantes das Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 não são comparáveis, pois a associação iniciou a sua atividade em 2017.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), a saber:

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer anível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada

nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade e das operações da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) A razão para a reclassificação.

3.2. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores e outros passivos correntes encontram-se mensuradas pelo método do custo e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.



A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividade operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do Balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do Balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.4. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Rendimentos

Para o período de 2017 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas e Serviços Prestados”:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	0,00	0,00
Quotizações e Jóias	248,00	0,00
Serviços Secundários	0,00	0,00
Gala Solidária	0,00	0,00
Total	248,00	0,00

5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017, encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	248,00	0,00
Total	248,00	0,00

6. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes”, a 31 de dezembro de 2017, desdobra-se da seguinte forma:



Descrição	31.12.2017		31.12.2016	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Credores diversos		0,00	0,00	0,00
Outras entidades	260,00	0,00	0,00	0,00
Total	260,00	0,00	90 081,92	0,00

7. Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

8. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” no período de 2017, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Outro Serviços		
Outro Serviços	260,00	
Total	260,00	0,00

Braga, 27 de janeiro de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

156777037
39200